

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

24/07/2026

Sumário

1. Precarização na rede estadual revela má gestão na saúde

2. Desempenho da saúde em Goiás contrasta com relatos de precarização na rede pública

JORNAL O HOJE - GO • impresso • tce-go
23/07/2026 03:00

Precarização na rede estadual revela má gestão na saúde

Visualizar notícia

Precarização nas condições de trabalho na Saúde estadual revela má gestão

Apesar dos resultados apresentados pelo governo estadual, profissionais e sindicatos relatam sobrecarga, deficiência de insumos, superlotação nos hospitais e dificuldades que comprometem a assistência prestada à população. **Cidades 9**



Hospitais goianos figuram entre os mais bem avaliados do SUS, enquanto profissionais da rede estadual denunciam sobrecarga de trabalho e déficit de equipes

Divulgação/SES-GO

Precarização na rede estadual revela má gestão na saúde

Indicadores destacam saúde; profissionais relatam sobrecarga, superlotação e piora no atendimento

Anna Salgado

Goiás figura entre os Estados com melhor desempenho na saúde pública brasileira, segundo indicadores nacionais que apontam investimentos recordes, expansão da rede hospitalar e hospitais de referência no Sistema Único de Saúde (SUS). Paralelamente aos resultados apresentados pelo governo estadual, profissionais da rede pública relatam sobrecarga de trabalho, deficiência de insumos, superlotação e dificuldades que, segundo trabalhadores e representantes sindicais, comprometem a assistência prestada à população.

Reprodução



Expansão de hospitais e leitos de UTI convive com relatos de superlotação, falhas na infraestrutura, adoecimento de trabalhadores e críticas ao modelo de gestão das unidades estaduais

Levantamento do Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (Ibross), em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), coloca Goiás como o segundo Estado com maior número de hospitais públicos entre os 100 melhores do SUS. Ao todo, são dez unidades na lista, atrás apenas de São Paulo e à frente de Estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Entre os hospitais destacados estão o Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol) e o Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (HGG). O governo estadual atribui o desempenho aos investimentos realizados na área, que somaram R$ 29,9 bilhões nos últimos sete anos. Em 2025, 15,08% da receita estadual foi destinada à saúde, percentual superior ao mínimo constitucional de 12%.

A ampliação da estrutura física também integra os resultados apresentados pelo Estado. A rede hospitalar passou de 17 para 25 hospitais estaduais, enquanto o número de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) aumentou de 267 para 848, com expansão do atendimento para municípios do interior. Apesar desse crescimento, profissionais da rede afirmam que a ampliação da capacidade não foi acompanhada por melhorias nas condições de trabalho.

Uma servidora da enfermagem do Hospital Estadual de Urgências de Goiás (Hugo), que preferiu não se identificar, descreve um cenário de desgaste contínuo. "Fica parecendo que a gente tá dando banho de porco, que o treino não muda, não melhora. Para mim é cada dia pior do que eu esperava", relata. Na avaliação da profissional, o modelo de gestão por Organizações Sociais (OSs) apresenta melhorias estruturais, mas não atende às necessidades dos trabalhadores nem dos pacientes.

Segundo relatos de profissionais, a sobrecarga de trabalho tem provocado adoecimento entre os servidores. A enfermagem representa cerca de 60% da força de trabalho hospitalar e, de acordo com trabalhadores da área, grande parte dos profissionais acumula mais de um vínculo empregatício. Os relatos incluem episódios frequentes de afastamentos por problemas psicológicos. "Muitos entram em depressão, começam a chorar. Têm que ir embora porque não dão conta mais. Ou então tomam remédio para poder suportar", afirma a servidora. Também há menções ao risco de suicídio relacionado ao estresse ocupacional.

A redução do quadro de funcionários é apontada como um dos principais fatores para esse cenário. No Hugo, conforme relato da profissional entrevistada, o número de maqueiros caiu de 17 para seis, fazendo com que técnicos de enfermagem e enfermeiros assumam atividades como transporte de pacientes e coleta de sangue, além das atribuições habituais.

Superlotação revela que estrutura existente é insuficiente

A expansão dos leitos de UTI também não eliminou episódios de superlotação relatados por trabalhadores da saúde. Dados de monitoramento hospitalar indicam que o Hugol opera com 410 dos 466 leitos ocupados. No Hugo, profissionais descrevem corredores ocupados por macas e pacientes acomodados em espaços improvisados.

Segundo a servidora entrevistada, faltam condições adequadas para procedimentos básicos. "Não tem local para os trabalhadores lavarem as mãos para cuidar do paciente, que é um procedimento básico. Onde vai ter pia para lavar as mãos?", questiona. Também há relatos de insuficiência de pontos de oxigênio para pacientes acomodados fora dos quartos. Ao descrever a rotina da unidade, a profissional compara o ambiente da emergência a um cenário de guerra e a um "campo de concentração".

Os relatos também apontam impactos na assistência prestada nas enfermarias. Trabalhadores afirmam que há quartos com até 18 pessoas entre pacientes e acompanhantes, situação que, segundo os profissionais, favorece a disseminação de infecções hospitalares. "Hoje em dia tá muito comum, é muita enfermaria com um alto índice de infecção", relata.

Os relatos também apontam problemas nas condições de higiene da unidade. Segundo a servidora entrevistada, houve registro recente de percevejos em cadeiras destinadas aos acompanhantes, situação que, conforme o relato, persistiu mesmo após uma dedetização. A profissional também afirma que a superlotação nos corredores, aliada à falta de estrutura para pacientes e acompanhantes, compromete a privacidade e dificulta os cuidados básicos. "É muito desumano. Você pensa que está no meio de uma guerra", relata.

O modelo de gestão por Organizações Sociais também é alvo de críticas de representantes sindicais. O vice-presidente do SindSaúde, Ricardo Manzi, afirma que o sistema reduz a transparência financeira e dificulta o controle social. Como exemplo, cita a gestão do Instituto CEM no Hugo, marcada por suspeitas de irregularidades, questionamentos sobre aditivos contratuais e uma dívida de R$ 8,5 milhões que, segundo determinação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), deverá ser devolvida aos cofres públicos.

Profissionais também relatam que procedimentos administrativos podem atrasar o atendimento em situações de urgência. Segundo os trabalhadores, medicamentos dependem do cumprimento de etapas obrigatórias no sistema eletrônico antes da liberação pela farmácia. "Enquanto não registra tudo, a medicação não sobe, o paciente que se dane", afirma a servidora.

As críticas também se estendem ao sistema de regulação estadual. Desde 2021, o Governo de Goiás assumiu a regulação da saúde de Goiânia com o argumento de ampliar a equidade no acesso aos serviços. Para o SindSaúde, entretanto, houve aumento das filas para consultas especializadas e cirurgias. De acordo com relatos apresentados pelo sindicato, pacientes aguardam há meses por consultas em especialidades como urologia, sem previsão de atendimento.

A diretora do SindSaúde, Flaviana Alves, afirma que as Organizações Sociais responsáveis pela administração das unidades estaduais definem a oferta de vagas conforme critérios contratuais. "O Estado não faz pressão nas OS porque depende das OS. É um modelo de gestão que atrapalha o modelo de regulação", declara.

(Especial para O HOJE)

JORNAL O HOJE - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
23/07/2026 08:14

Desempenho da saúde em Goiás contrasta com relatos de precarização na rede pública

Visualizar notícia

Fonte original

Goiás figura entre os Estados com melhor desempenho na saúde pública brasileira, segundo indicadores nacionais que apontam investimentos recordes, expansão da rede hospitalar e hospitais de referência no Sistema Único de Saúde (SUS). Paralelamente aos resultados apresentados pelo governo estadual, profissionais da rede pública relatam sobrecarga de trabalho, deficiência de insumos, superlotação e dificuldades que, segundo trabalhadores e representantes sindicais, comprometem a assistência prestada à população.

Levantamento do Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (Ibross), em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), coloca Goiás como o segundo Estado com maior número de hospitais públicos entre os 100 melhores do SUS. Ao todo, são dez unidades na lista, atrás apenas de São Paulo e à frente de Estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Entre os hospitais destacados estão o Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol) e o Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (HGG). O governo estadual atribui o desempenho aos investimentos realizados na área, que somaram R$ 29,9 bilhões nos últimos sete anos. Em 2025, 15,08% da receita estadual foi destinada à saúde, percentual superior ao mínimo constitucional de 12%.

A ampliação da estrutura física também integra os resultados apresentados pelo Estado. A rede hospitalar passou de 17 para 25 hospitais estaduais, enquanto o número de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) aumentou de 267 para 848, com expansão do atendimento para municípios do interior. Apesar desse crescimento, profissionais da rede afirmam que a ampliação da capacidade não foi acompanhada por melhorias nas condições de trabalho.

Uma servidora da enfermagem do Hospital Estadual de Urgências de Goiás (Hugo), que preferiu não se identificar, descreve um cenário de desgaste contínuo. “Fica parecendo que a gente tá dando banho de porco, que o treino não muda, não melhora. Para mim é cada dia pior do que eu esperava”, relata. Na avaliação da profissional, o modelo de gestão por Organizações Sociais (OSs) apresenta melhorias estruturais, mas não atende às necessidades dos trabalhadores nem dos pacientes.

Segundo relatos de profissionais, a sobrecarga de trabalho tem provocado adoecimento entre os servidores. A enfermagem representa cerca de 60% da força de trabalho hospitalar e, de acordo com trabalhadores da área, grande parte dos profissionais acumula mais de um vínculo empregatício. Os relatos incluem episódios frequentes de afastamentos por problemas psicológicos. “Muitos entram em depressão, começam a chorar. Têm que ir embora porque não dão conta mais. Ou então tomam remédio para poder suportar”, afirma a servidora. Também há menções ao risco de suicídio relacionado ao estresse ocupacional.

A redução do quadro de funcionários é apontada como um dos principais fatores para esse cenário. No Hugo, conforme relato da profissional entrevistada, o número de maqueiros caiu de 17 para seis, fazendo com

que técnicos de enfermagem e enfermeiros assumam atividades como transporte de pacientes e coleta de sangue, além das atribuições habituais.

Superlotação revela que estrutura existente é insuficiente

A expansão dos leitos de UTI também não eliminou episódios de superlotação relatados por trabalhadores da saúde. Dados de monitoramento hospitalar indicam que o Hugol opera com 410

dos 466 leitos ocupados. No Hugo, profissionais descrevem corredores ocupados por macas e pacientes acomodados em espaços improvisados.

Segundo a servidora entrevistada, faltam condições adequadas para procedimentos básicos. “Não tem local para os trabalhadores lavarem as mãos para cuidar do paciente, que é um procedimento básico. Onde vai ter pia para lavar as mãos?”, questiona. Também há relatos de insuficiência de pontos de oxigênio para pacientes acomodados fora dos quartos. Ao descrever a rotina da unidade, a profissional compara o ambiente da emergência a um cenário de guerra e a um “campo de concentração”.

Os relatos também apontam impactos na assistência prestada nas enfermarias. Trabalhadores afirmam que há quartos com até 18 pessoas entre pacientes e acompanhantes, situação que, segundo os profissionais, favorece a disseminação de infecções hospitalares. “Hoje em dia tá muito comum, é muita enfermaria com um alto índice de infecção”, relata.

Os relatos também apontam problemas nas condições de higiene da unidade. Segundo a servidora entrevistada, houve registro recente de percevejos em cadeiras destinadas aos acompanhantes, situação que, conforme o relato, persistiu mesmo após uma dedetização. A profissional também afirma que a superlotação nos corredores, aliada à falta de estrutura para pacientes e acompanhantes, compromete a privacidade e dificulta os cuidados básicos. “É muito desumano. Você pensa que está no meio de uma guerra”, relata.

O modelo de gestão por Organizações Sociais também é alvo de críticas de representantes sindicais. O vice-presidente do SindSaúde, Ricardo Manzi, afirma que o sistema reduz a transparência financeira e dificulta o controle social. Como exemplo, cita a gestão do Instituto CEM no Hugo, marcada por suspeitas de irregularidades, questionamentos sobre aditivos contratuais e uma dívida de R$ 8,5 milhões que, segundo determinação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), deverá ser devolvida aos cofres públicos.

Profissionais também relatam que procedimentos administrativos podem atrasar o atendimento em situações de urgência. Segundo os trabalhadores, medicamentos dependem do cumprimento de etapas obrigatórias no sistema eletrônico antes da liberação pela farmácia. “Enquanto não registra tudo, a medicação não sobe, o paciente que se dane”, afirma a servidora.

As críticas também se estendem ao sistema de regulação estadual. Desde 2021, o Governo de Goiás assumiu a regulação da saúde de Goiânia com o argumento de ampliar a equidade no acesso aos serviços. Para o SindSaúde, entretanto, houve aumento das filas para consultas especializadas e cirurgias. De acordo com relatos apresentados pelo sindicato, pacientes aguardam há meses por consultas em especialidades como urologia, sem previsão de atendimento.

A diretora do SindSaúde, Flaviana Alves, afirma que as Organizações Sociais responsáveis pela administração das unidades estaduais definem a oferta de vagas conforme critérios contratuais. “O Estado não faz pressão nas OS porque depende das OS. É um modelo de gestão que atrapalha o modelo de regulação”, declara.

Siga o Canal do O Hoje e receba as principais notícias do dia direto no seu WhatsApp! Canal do O Hoje.